

## DEBATE

"O grande compromisso da Administração que se instala é com a implantação de uma escola pública democrática e eficiente" (José Mário P. Azanha).

Esse debate baseou-se em perguntas e respostas, nas quais os principais assuntos tratados pelo Professor José Mário Azanha dizem respeito à experiência paulista na Educação, durante a Administração Ulhoa Cintra, e a algumas perspectivas para este setor na nova Administração, do Professor Paulo de Tarso Santos. A conversa fluiu de um para outro período mas, para facilitar essa síntese, os dois momentos foram, à medida do possível, separados.

### A ADMINISTRAÇÃO ULHOA CINTRA: UMA EXPERIÊNCIA DOLOROSA, COM SALDOS POSITIVOS

Durante a Administração Ulhoa Cintra, o Governo do Estado manteve-se como espectador do que ocorria na Secretaria da Educação. Ele, como um todo, não estava preparado para entender de fato o que estava ocorrendo neste setor e se tornou um espectador incapaz, até, de aproveitar as próprias possibilidades eleitorais que a política educacional que estava sendo desenvolvida oferecia.

Para implantar a política que havia sido definida contou-se com inúmeras dificuldades. Na última liberação de recursos pela Secretaria do Planejamento (1969), por exemplo, a Secretaria da Educação obteve uma verba de Cr\$200.000.000,00 (duzentos milhões), dos quais apenas Cr\$4.000.000,00 (quatro milhões) foram destinados ao Departamento de Educação - que tinha toda a rede de ensino sob sua responsabilidade - enquanto apenas seis Ginásios Vocacionais obtiveram Cr\$186.000.000,00 (cento e oitenta e seis milhões). Essa liberação foi obstada depois de muita luta, mas representa uma medida da ausência de critério do governo no que diz respeito à política da Educação. A experiência daquela Administração foi, assim, dolorosa.

Ainda naquela época, havia absoluta falta de recursos humanos e de uma estrutura administrativa capaz de implementar o esforço que se fazia em termos de uma política de Educação. O Departamento de Educação, por exemplo, não tinha, a rigor, poder <sup>membrum</sup> pois toda a movimentação de pessoal e manipulação de recursos ocorria no âmbito do antigo Departamento de Administração da Secretaria. Aquele órgão deixou de ser meramente decorativo por uma deliberação pessoal do Secretário, mas essa mudança não foi fácil.

Quanto às experiências de renovação educacional então iniciadas ou continuadas, a Administração Ulhoa Cintra foi muito fecunda. Entre elas, destacaram-se a tentativa de ampliar o ensino básico para oito anos

e a reestruturação do ensino colegial, especialmente no que diz respeito ao Ensino Normal.

Quanto à primeira experiência e sua eventual influência na instituição da Lei 5.692, a única coisa que se pode afirmar é que houve uma precedência temporal. Seria necessária uma análise de que não se dispõe, para saber até que ponto houve, de fato, uma influência direta da experiência paulista na adoção posterior da escolaridade de oito anos.

No que diz respeito às experiências dos Vocacionais, Aplicação e Ilha Solteira, embora tenham sido limitadas e insuficientemente avaliadas, representaram um esforço para repensar um modelo de escola. Muitos dos participantes do Seminário mostraram-se interessados em conhecer as possibilidades de reviver experiências como aquelas e disseram-se mais preocupados não com o seu saldo positivo, mas com o negativo, à medida em que procedimentos nelas utilizados - à partir de uma filosofia e uma política de Educação - foram transpostos para a rede, em outro momento, transformando a nova escola em caricatura daquelas.

A possibilidade de recuperá-las, no entanto, é remota: a tônica da nova Administração não deverá ser essa, embora possa recuperar alguns dos problemas daquele momento, no sentido de explicitar

III

tã-los na dimensão que ganharem<sup>o</sup> ao longo dos anos.

No que diz respeito ao Ensino Normal, esta parece ter sido uma das experiências com melhor saldo, embora o trabalho então desenvolvido tenha se perdido.

No início da Administração Ulhoa Cintra havia, em São Paulo, um Ensino Normal excessivamente ampliado, em decorrência da forma pela qual o curso colegial estava estruturado. Além disso, pouco antes dessa Administração, a Secretaria da Educação tinha de tido a expansão do Ensino Normal oficial, ocasionando uma expansão extraordinária do particular de pior qualidade, no qual quase todos os cursos funcionavam à noite, sem apresentar a menor possibilidade de realização de prática de ensino pelos alunos. O mercado de trabalho para o professor também era bastante problemático.

Essa situação foi revista, e foi instituído, no final do Ginásio, um Colégio que integrava as duas primeiras séries em uma unidade básica. Com isso, ao sair do Ginásio, o aluno frequentava as duas séries iniciais do colegial, sem nenhuma pré-destinação, encaminhando-se, após esses anos, para uma de cinco áreas, entre as quais a de Educação. Ao completar o 3º ano, habilitava-se, legalmente, a buscar o ensino superior e para se tornar professor frequentava um 4º ano.

Essa mudança surtiu o efeito que se pretendia: houve uma redução drástica na busca do Ensino Normal. Diante dessa reformulação e das severas restrições que foram impostas ao Ensino Normal noturno, o Ensino Normal privado também se esvaziou e, durante alguns anos, este ramo esteve bastante ajustado às necessidades do mercado de trabalho paulista.

#### PERSPECTIVAS COM A NOVA ADMINISTRAÇÃO

"Apesar de toda a situação em que o magistério vem sendo posto de lado, massacrado, reduzido a mero cumpridor de or

dens e de práticas de certos atos de rotina, há novas condições para que ele participe na explicitação mais ampla de uma política de Educação" (José Mário P. Azanha).

É firme a intenção do novo Secretário de partir, pelo menos em parte, dos estudos e subsídios fornecidos à Secretaria, pelo grupo que vinha estudando a questão da Educação durante a Campanha Eleitoral do PMDB. Mas é importante a participação de todo o professorado na formulação da política de Educação: esta participação pode ser extremamente conveniente, especialmente se estiver em função de certas diretrizes e pontos de referências a serem definidos pela Administração que entra-uma Administração politicamente comprometida e, portanto, com uma visão política da sociedade e de seus vários processos sociais.

Embora os problemas estejam, hoje, potencialmente agravados, este é um momento adequado para buscar novos rumos. A questão da qualidade do ensino, por exemplo, tornou-se tão séria e grave que deixou de ser uma questão meramente pedagógica.

Para fazer face a ela, é necessária a elaboração de diversos planos, cada um deles refletindo situações e possibilidades diferenciadas. Estes não podem ser obtidos por um esforço meramente de Gabinete, mas requerem a participação mais ampla do magistério e dos demais interessados.

A idéia de um plano de melhoria da rede, formulado a nível central ou regional e imposto à rede, deve ser descartada: a função dos órgãos centrais e regionais não é esta, mas sim a de sustentação e apoio a eventuais planos que nasçam de um esforço próprio no âmbito do magistério. O esforço de melhoria deve ser diferenciado e deve partir das bases, ou seja, deve envolver o próprio magistério e suas entidades de classe.

Isso não implica em regionalização de experiências mas, sim, em encontrar condições para que os esforços diferenciados de

melhoria sejam sustentados. Quando se diz que não vai haver um planejamento global, isto também não significa que não existam diretrizes coordenadoras: estas fazem parte de uma administração politicamente comprometida.

Também é importante a participação dos pais em todo esse processo - participação essa <sup>que no momento</sup> tem sido muitas vezes bloqueada. É preciso definir certas intenções e estabelecer algumas condições técnicas para que ela se concretize.

Os professores e diretores precisam ser aperfeiçoados, assim como o precisam os técnicos de qualquer outra profissão. É preciso criar condições de rotinização desse processo, para que a questão do aperfeiçoamento do professor não seja um problema de pura decisão individual. As possibilidades de melhoria do professor, em termos de aperfeiçoamento, são imensas e não têm sido bem aproveitadas.

No que diz respeito à descentralização, o que existe em termos concretos é a explicitação de uma preocupação com ela. Essa descentralização assume diferentes formas em diferentes órgãos e Secretarias, e dentro de uma Secretaria em diferentes setores. As decisões relativas à descentralização devem estar referidas a situações concretas: há procedimentos e atuações que devem ser descentralizados; outros, não. A preocupação atual é com a racionalização da atuação administrativa e governamental, e a medida que esta depender de uma descentralização, deverá ser efetivada.

Quanto ao ensino pré-escolar, é ponto pacífico que sua extensão é um benefício; o problema é a possibilidade dessa extensão, uma vez que a insuficiência de recursos é imensa.

A rede de ensino pré-escolar é, hoje, absolutamente insuficiente: em todo o Estado, todos os recursos municipais e estaduais, somados, mal passam do atendimento a 10% da clientela. A Secretaria pretende abrir um amplo debate em relação a esse assunto. Mas

uma solução possível - embora ainda possa esbarrar em impedimentos de ordem legal referente à destinação de recursos - é a municipalização crescente da pré-escola, com uma transferência gradativa do ensino de 1º grau municipal para a responsabilidade do Estado. No entanto, é preciso estudar bem esse problema.

A questão da saúde do escolar, durante a Administração Ulhoa Cintra, se colocava em termos de uma total ineficiência dos serviços então existentes, de Saúde Escolar, Higiene Mental e Dentário Escolar. Essa ineficiência decorria, em parte, da insuficiência de recursos humanos e financeiros e, em parte, do modo de conceber a questão.

Essa situação se alterou com o Departamento de Assistência ao Escolar. No entanto, assim como se pensava naquela Administração, parte dos estudos feitos durante a Campanha-Eleitoral sugere que o problema da saúde do escolar é um dos segmentos mais amplos da saúde pública. Assim, é no âmbito dos esquemas de solução dos problemas de saúde pública que a saúde do escolar deve ser resolvida: não adianta a Secretaria da Educação organizar um Serviço, Departamento, Coordenadoria ou o que quer que seja para tentar resolver o problema, porque este, numa formulação mais ampla, escapa, inclusive, à própria competência da Secretaria de Educação.

Quanto aos recursos financeiros: independentemente da insuficiência desses ou de suas futuras agravações, está havendo uma aplicação indevida do que existe. Nos últimos anos, o Estado vem se eximindo, cada vez mais, de fazer reservas no próprio orçamento do Estado para atender às despesas de custeio da própria rede.

O último plano de aplicação da quota estadual do salário educação, aprovado rapidamente no início do ano pelo Conselho Estadual de Educação, dá, por exemplo, uma destinação totalmente indevida dos recursos, com relação a alguns itens. Da quota do salário educação para São Paulo, por exemplo, cerca de Cr\$2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros) foram destinados ao pagamento de contas de água, luz e telefone.

O problema, então, não é apenas de insuficiência de recursos; é também de má destinação de recursos. Há esperança, portanto, de que tudo isso seja revisto e repostado.